

## PORTO &amp; MAR

Futuro de área de 15 mil m<sup>2</sup> entra em debate

Audiência pública virtual dá a largada para discussões sobre utilização do Armazém T31, no cais do Macuco, a partir de 2028

ÁGATA LUZ

DA REDAÇÃO

O futuro de uma área de 15 mil m<sup>2</sup> no Porto de Santos foi tema de audiência pública virtual, ontem, que discutiu possíveis readequações no complexo portuário santista para os próximos anos. Uma das opções de ocupação do local, conhecido como Armazém T31 e localizado no cais do Macuco, foi apresentada pela Secretaria Nacional de Portos e está sob consulta pública até 18 de março.

Com objetivo de melhorar o acesso terrestre no Porto e concentrar os terminais com o mesmo tipo de carga em uma mesma área do Porto, a Secretaria Nacional defende que a empresa Fibria não utilize os 12,1 mil m<sup>2</sup> destinados a ela no Terminal 32, em contrato firmado em 2016, e passe a ter o direito de trabalhar na área de 15 mil m<sup>2</sup> que hoje é ocupada pela empresa NST e tem contrato em vigor até 2028.

O vínculo assinado pela Autoridade Portuária com a Fibria em 2016 previa a entrega de duas áreas. Uma delas está em operação, mas a de 12,1 mil m<sup>2</sup> não

avançou, pois foi identificada como essencial para aprimorar a infraestrutura de acesso ferroviário ao Porto, após estudo da Santos Port Authority (SPA) em conjunto com a Portofer.

“Diante deste fato que impede a disponibilização da área 2 à arrendatária (Fibria), entre as alternativas, surgiu essa, com a substituição parcial da área arrendada por outra com metragem equivalente adjacente”, explicou o coordenador geral de gestão de contratos da Secretaria de Portos, Leandro Bernardino.

Os prejuízos provocados à Fibria com a não cessão da chamada área 2 foram destacados pelo advogado da empresa, Jorge Souza. “A Fibria deveria ter recebi-



O Armazém T31 será alvo de diversos debates nos próximos anos; SPA defende cluster de celulose na área

do essa área em setembro de 2019 e isso ainda não ocorreu, trazendo enorme impacto para companhia”, disse, incentivando a substituição daqui a seis anos.

Segundo o secretário nacional de Portos, Diogo Piloni, a proposta entrou em consulta pública com tamanho antecedência porque o Poder Público precisa se planejar. Ele reforçou que, caso a substituição seja

aprovada, só valerá após o término do contrato da SPA com a NST, em 2028.

**PONDERAÇÕES**

Contudo, durante a audiência, o também advogado Heitor Sica afirmou que a solução encontrada pelo Poder Público é “de caráter absolutamente inédito” e pede que essa medida não seja adotada, pois o processo teve início sem informa-

ções completas e trata-se de uma expansão. “Há uma troca de 12,1 mil m<sup>2</sup> de retroárea, sem acesso direto à água, por uma área de 15 mil m<sup>2</sup> preparada especialmente para esse fim”.

Por sua vez, Bernardino destacou que a proposta “não partiu da arrendatária (Fibria) em nenhum momento, e sim da administração pública, pensando no melhor ao Porto de Santos”.

## SAIBA MAIS

A proposta está em consulta pública até 18 de março e contribuições devem ser feitas pelo site [participamaisbrasil.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas](http://participamaisbrasil.gov.br/participamaisbrasil/consultas-publicas). A diretora do Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão da Secretaria Nacional de Portos, Ana Luiza Salles, explicou que, quando o prazo chegar ao fim, o processo será analisado pela pasta. Em seguida, passará pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e por autoridades municipais e ambientais para, depois, o martelo ser batido, com análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

O diretor de desenvolvimento de negócios e regulação da SPA, Bruno Stuppello, enfatiza a importância de um cluster de celulose no local em questão, como previsto no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos e que seria possível com a mudança em 2028, colaborando para o aumento de eficiência do complexo.